

Resumo do livro “Os condenados da terra”, do autor Frantz Fanon¹

Júlia Farias Venâncio Caminha²
Águida Cristina Santos Almeida³

Introdução

Os condenados da terra é um livro que possui sua importância e significância fundadas ao se permitir ser uma obra que reflete a luta e a dor sentidas na pele, na carne e na alma do autor que a escreveu. Nascido em Martinica, uma pequena colônia francesa nas ilhas da América Central, Frantz Fanon desde sempre esteve diante das barbáries cometidas pelo sistema colonial e confirmou em seu próprio corpo e em sua prática política seus desencadeamentos. Quando esteve na França para estudar medicina psiquiátrica, Fanon escreve seu primeiro livro “Pele negra, máscaras brancas” e denuncia o racismo que experienciou na metrópole. Tempo depois, em 1953, se muda para Blida, na Argélia, colônia francesa situada na África e lugar em que teve um contato ainda mais feroz com a dinâmica colonialista, vivendo a fase mais brutal e necessária para a vida do colonizado: a luta por libertação.

Em apenas um ano em que chega na Argélia se inicia a Guerra de Independência, três anos seguidamente e Fanon se demite do hospital psiquiátrico que dirigia e se dedica completamente à atividade secreta na Frente de Libertação Nacional (FLN). É dessa sua atuação e de seu lugar de revolta, de revolucionário e estrategista de luta que surge o livro “Os condenados da terra”, um clássico fundamental para os estudos pós-coloniais, anticoloniais e decoloniais, inspirando colonizados de mente independente por todo o globo.

Para compreender Fanon é preciso antes ver que ele nega com razão todo e qualquer testemunho político e teoria universal que se faça totalizante a partir do único olhar e aval, do saber e determinação europeia, portanto nega também sua fabulação sobre a elaboração do Estado moderno. Para Fanon, o Estado moderno não surge para superar a violência conduzindo-a de forma mínima, mas sim surge da violência e se utiliza dela de forma permanente para cumprir seu projeto de poder, controlando, punindo e expropriando vidas

¹Resumo escrito em janeiro de 2024, no âmbito das atividades do PET-Economia da UFCG.

²Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia) e do GAACE-Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica. E-mail: juliafariasvc@gmail.com.

³Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, tutora do PET-Economia, coordenadora do GAACE. No presente resumo atuou como revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

matáveis. Assim, revê tudo aquilo imposto como progresso e civilização e traduz em linguagem legítima: violência. Violência aqui é a palavra que garante a supremacia do projeto colonial e que garante que essa (a violência) seja monopólio do colonizador.

Do resumo

É partindo dessa percepção que Fanon desenvolve sua Teoria da violência cruzando-a intrinsecamente com a linguagem. Em sua visão, a violência se manifesta em duas maneiras, ação-reação, sendo a primeira a violência que segmenta o mundo em duas zonas - zona do “ser” e zona do “não ser” - e a outra o impulso de sentido contrário, a força e a linguagem de ruptura com a cisão imposta, a violência descolonizadora. Dessa maneira, Fanon não cai na armadilha de condenar moralmente a violência, não condena a violência pela violência, mas pelo seu sentido, pelo objetivo ao qual a violência está a serviço, condena a gana do colono. A violência do colonizado, entretanto, não deve ser negligenciadamente colocada enquanto semelhante ou igualmente condenável à violência do colono. A violência do colonizado possui conteúdo ético, possui um desespero pela justiça. A violência do colonizado se justifica, pois “há justiça na abolição de uma sociedade fundada na pura violência”, essa é a ética inabalável e o valor incalculável da linguagem cuspidada de sangue que busca enterrar o colonialismo.

A percepção de Fanon sobre a violência é libertadora e serve para afugentar de todo o povo oprimido a culpa de sua revolta, o medo de se tornar igual ao seu opressor e a vergonha por não ser capaz de encontrar outra saída possível: a descolonização é sempre um fenômeno violento, é um projeto de desordem absoluta, é a destruição do mundo como ele o é, é a proposição de uma nova humanidade, pois somente com a destruição do colono a humanidade colonizada torna-se finalmente humana, se revertendo da subespécie a qual foi relegada e se transformando em uma nova humanidade que se pretende fazer-se a si mesmo e destruir o que foi feito de si pelos outros.

O colonizado, fruto da violência que o molda, que decide lutar pela descolonização está em todo momento preparado para a violência, visto que “desde o seu nascimento, está claro para ele que aquele mundo estreito, repleto de proibições, só pode ser reformado pela violência absoluta”. A violência jogada ao colonizado que garantiu a exploração e a submissão do povo nativo assume diversos modelos, escravização, servidão, destruição de sua cultura original, destruição de seu idioma, da sua linguagem; essa violência é reivindicada pelo colonizado quando esse se vê fadado a criar a sua própria história.

É claro que nem tudo é tão facilmente compreensível para o explorado, por mais que as violências do colonialismo sejam diretas para que o povo explorado rebele-se contra a exploração, é preciso que esse se desonere da mentalidade de inferioridade imposta pela lógica colonial. Linguagem é violência. É a partir dessa concepção que o colonizado tem por dever criar sua própria linguagem, violando a linguagem colonial e tomando seu lugar.

É cristalizando sua nova linguagem que o colonizado se desveste da alienação do colono sobre si, desmascara a linguagem zoológica com a qual o ocupante se dirige ao autóctone. É a partir dessa linguagem que se percebe que a maldade, o poder corrosivo e a personalidade pecaminosa que denuncia ao colonizado, é na verdade a necessidade de o distinguir de si próprio para que o explorado não perceba que ambos são, de fato, puramente iguais, e ao constatar a maldade, o poder corrosivo e a personalidade pecaminosa do colonizador contra si, que este faça o mesmo contra o colono.

O colono morre de medo da fúria do povo ocupado, pois sabe que a cada dia, a cada coronhada deferida, cada ato de sadismo movido pela impunidade dos crimes coloniais aos povos dominados infla nele o desejo por vingança. O opressor sabe do ódio que quem ele coloniza sente, sabe que o nativo sonha em ter o que ele tem, ser quem ele é, o europeu sabe que quem ele escraviza fecha os olhos e sonha toda noite em degolá-lo, desmembrá-lo, fazê-lo sentir toda agonia que foi causada a si. O colono teme, pois tem plena consciência de que é perverso e merece a revolta de quem açoita sem dó todos os dias.

Entretanto, durante o período da história escrita pelo colonizador “essa agressividade sedimentada em seus músculos, o colonizado vai manifestá-la primeiramente contra os seus. É o período em que os negros brigam entre si, em que policiais e juízes de instrução não sabem mais o que fazer diante da assustadora criminalidade norte-africana”. A autodestruição é a fúria natural do oprimido quanto não sabe o que fazer, entretanto quando ele descobre o real destino de sua práxis, transforma o exercício de sua violência no seu projeto de libertação.

Fanon nos mostra que a violência é a força necessária para a retomada do poder e para que o dominado possa finalmente escrever a história de sua própria nação, a história da descolonização, mas não somente isso é necessário, é preciso saber qual o momento correto para o exercício dessa violência e para descobrir isso é necessário a leitura correta sobre os agentes presentes nessa dinâmica político-social. Diferentemente das nações capitalistas modernas, em que o proletariado urbano nada tem a perder, somente a ganhar com a revolução, na colônia, a situação não é bem assim, o proletariado urbano colonizado, na verdade, ocupa o grupo social com as melhores condições dentro do território colonizado e,

portanto, aquele que é o mais próximo da intelectualidade nacional, escutando aqueles que estudaram na metrópole e voltaram para sua terra com a mesma soberba do opressor.

A burguesia colonial forja a intelectualidade da colônia à sua semelhança, e quando o intelectual colonizado lança o “Poder proletário” exclui dessa massa as comunidades rurais, imputando nelas a mesma hostilidade com a qual o ocupante destila sobre os oprimidos. Os partidos nacionalistas formados por esses grupos urbanos querem substituir o colono excluindo o campesinato da participação protagonista nessa luta.

Vários partidos nacionalistas, inundados de intelectuais covardes, muitas das vezes se vendem à propaganda colonial da não violência, aderem a uma política do imobilismo, não reivindicando a luta popular e privilegiando chegar a um “pacto para a salvação comum”. Não acreditam na força da violência descolonial: “Quando alguém lhes diz que é preciso agir, eles veem bombas caindo sobre suas cabeças, blindados avançando ao longo do caminho, a metralhadora, a polícia... e permanecem sentados. Desde o início se consideram perdedores”. A população rural assume uma posição dual, ao passo que pode utilizar sua ferocidade para a mais pura revolução concreta, se não forem dotadas de consciência política podem se tornar reacionárias.

Mas enfim, qual o momento ideal para a revolução? Fanon nos diz “mas a guerrilha do colonizado não seria nada enquanto instrumento de violência oposto a outros instrumentos de violência, se não fosse um elemento novo no processo global da competição entre trustes e monopólios”. Após passada sua fase de acumulação primitiva, a colônia se torna um mercado que demanda e consome do resto do mundo. Os industriais e banqueiros querem da colônia a proteção de seus interesses políticos, há uma guerra financeira em desenvolvimento, as zonas econômicas precisam ser asseguradas. Nesse cenário, não é de interesse da metrópole nenhum massacre escravagista, prefere um simulacro de independência, mantendo as relações coloniais intactas. Na colônia, as lutas partidárias entre os verdadeiros revolucionários e os líderes que atuam na defesa por uma “revolução pacífica” (desejam o acordo com o opressor) se intensificam.

A guerra é inevitável, logo as nações colonizadas percebem que não estão só, levantes anticoloniais explodem por toda a África, “a grande vitória do povo vietnamita em Dien Bien Phu não é mais, estritamente falando, uma vitória vietnamita”. “O colonialismo não cede senão com uma faca na garganta” essa é a verdade descrita nos panfletos da Frente de libertação Nacional argelina

É importante salientar que a violência não acaba com a independência, os territórios que escolheram o acordo com suas metrópoles ficarão fadadas à mesma dinâmica econômica

prevista, já os países que, de fato, consolidaram sua independência, se deparam com uma nova violência globalizada, a disputa entre socialismo e capitalismo. Nessa guerra fria, a escolha é guerrear aderindo-se ao imperialismo ou ao anti-imperialismo, ou ainda escolhendo o neutralismo dependente.

Para além de todas as questões mais complexas abordadas na obra, Fanon registra um fenômeno inerente à guerra colonial, e que reflete a personalidade do autor pela sua trajetória enquanto médico psiquiatra: a explosão de distúrbios mentais. Para Fanon, a violência da colonização gera uma infinidade de sofrimentos psíquicos, sejam os quais da violência direta da carne ou aquela que subjetiva a identidade do oprimido recusando-lhe a humanidade, assim categoriza as causas do surgimento desses distúrbios em quatro: 1- Tipo reacional, após acontecimentos precisos da violência colonial, por exemplo, pulsões homicidas indiferenciadas em sobreviventes de uma chacina coletiva; 2- Tipo de distúrbio gerado principalmente pela atmosfera geral de guerra, por exemplo, assassinatos entre crianças sem motivo aparente algum, mas que enxergam uma na outra o inimigo a ser combatido friamente; 3- Tipo de distúrbios surgidos logo após ou durante torturas e 4- Distúrbios psicossomáticos, eclodidos a partir de uma situação conflitiva, por exemplo, distúrbios menstruais e úlceras estomacais.

Fanon mostrou-se ser uma leitura desafiadora e instigante, brutal e humana, uma leitura que ensina a não romantizar a paz, a não sonhar com uma utopia de civilidade sem sangue, a não moralizar os cadáveres ao chão em função da submissão de um povo e, sobretudo, que a práxis da violência é a escrita da história humana.

Referência do livro:

FANON, FRANTZ. **Os condenados da terra**. Tradução António Massano. Lisboa: Letra Livre, 2021.